



Ministérios reclamam dos cortes na revisão orçamentária de 1990

por Marta Salomon
de Brasília

O telefone do gabinete do deputado João Alves (PFL-BA) não para de tocar. "Está todo mundo reclamando", contou o deputado, relator da Comissão Mista de Orçamento e que prepara, até a próxima quinta-feira, o parecer às quase 1,7 mil emendas apresentadas ao projeto da revisão do orçamento da União de 1990.

As reclamações, segundo João Alves, partem de ministérios e órgãos da administração pública que tiveram cortes nos gastos. A maioria das emendas dos parlamentares pleiteia recursos para obras como estradas, escolas, hospitais, postos de saúde, hidrelétricas e até ginásios de esportes a serem feitas em suas bases eleitorais.

"Não vai dar para aproveitar praticamente nada", adiantou o relator. João Alves calcula que seria necessário Cr\$ 1 trilhão para atender às emendas dos parlamentares, o que equivale à metade de toda a revisão orçamentária e mais do que o governo destinou à amortização da dívida interna. O deputado já está decidido, porém, a lançar mão de parte dos recursos da "reserva de contingência" para atender a propostas da área social que considera "dramáticas". O governo destinou Cr\$ 8,8 bilhões à reserva,



José Serra

para despesas "urgentes e imprevíveis".

Pouco otimista em relação à meta traçada pelo governo, de obter um superávit de 1,65% do PIB no orçamento de 1990, João Alves entende que a área econômica "apertou demais as contas. "Daqui a um mês o governo vai estar pedindo crédito suplementar para não parar a máquina", previu.

Solidário ao governo, porém, João Alves já descartou o atendimento à maioria das propostas feitas por aliados do governo e deputados e senadores da oposição. O deputado Siqueira Campos, líder do PDC, por exemplo, quer Cr\$ 6 milhões para a construção de um centro poliesportivo na cidade de Araguaína, no Tocantins. O deputado João Paulo (PT-MG) pediu

Cr\$ 500 mil para as bandas de música de João Monlevade. O recorde foi batido pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PST-MG), que assinou 165 emendas, todas elas com pedidos de recursos para municípios mineiros.

As duas únicas emendas que atingem a estrutura formal da revisão orçamentária foram apresentadas pelo deputado José Serra (PSDB-SP). Segundo a avaliação de Serra, o governo pretende limitar as prerrogativas do Congresso Nacional nas decisões sobre os gastos públicos. Por isso, o deputado propõe reduzir à metade os limites

de autorização ao governo para abrir créditos ao orçamento. "Não se justifica o pleito da liberdade total para abertura de créditos suplementares à conta de todas as fontes não fiscais", ponderou.

Outra emenda de Serra atinge o cancelamento de recursos destinados à rolagem da dívida interna. O valor que restou para as despesas com a dívida pública Cr\$ 2,048 trilhões — não seria suficiente para cobrir as operações de rolagem, que, segundo Serra, estariam ficando de fora do orçamento e longe, portanto, da fiscalização do Congresso.